

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E JOVENS PERIFÉRICO NO RIO DE JANEIRO – CAMINHOS PARA A LIBERDADE

Ana Gabriela Saba¹

Erica Pereira dos Santos Nascimento²

RESUMO:

(Texto em Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples (1,0), justificado. Deve conter até 400 palavras. Apresente o objetivo, metodologia, principais resultados e considerações finais.)

Este trabalho apresenta o relato de experiência de duas educadoras comprometidas com a Educação em/para os direitos humanos. Atentas ao contexto social e para a importância deste campo, o texto destaca a relevância de uma abordagem educacional sensível e comprometida com e a partir do fortalecimento de narrativas territoriais. Apoiada nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as práticas aqui socializadas conectam-se com a concepção de Educação como prática de liberdade, conforme proposto por Paulo Freire e bell hooks. Trazemos para a discussão a realização de atividades inseridas no contexto de uma instituição de educação não formal, que atua com crianças e jovens da periferia do Rio de Janeiro. O objetivo é salientar a formação de sujeitos conscientes de sua dignidade e reflexivos sobre seus direitos. A partir do retorno dos educandos e das reflexões, percebe-se o fortalecimento de narrativas como uma importante ferramenta para a vivência dos direitos humanos e consequente prática de liberdade.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Práticas Educativas; Vivências locais

DESTAQUES (máximo 4 destaques de no máximo 2 linhas cada):

¹ Historiadora e Mestre em Educação pela UFF, Doutora em Memória Social / UNIRIO; Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPaCS/UFRRJ); anagabisa@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/1196977891746511>

² Pedagoga, Mestre e Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); nascimento.eps@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8469007266079523>;

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis



Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

- Destaque 1 – Educação em Direitos Humanos
- Destaque 2 – Práticas Educativas que abordam cultura local
- Destaque 3 – Vivências locais

DESENVOLVIMENTO

Nesse trabalho compartilhamos a experiência de práticas de ensinar, aprender e pesquisar em/para os direitos humanos, realizadas em uma instituição de educação não formal, junto a crianças e jovens da periferia do Rio de Janeiro. Este relato de experiência tem como intuito inicial visibilizar tais práticas, socializando as problemáticas e preocupações na perspectiva de trabalho desenvolvida, alinhada às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012).

A educação em/ para os Direitos Humanos está baseada na construção democrática da sociedade e, portanto, orientada à mudança social (CANDAU; SACAVINO, 2013, p. 61). Sendo assim, importa que o processo de ensino aprendizagem seja construído para além de instrumentalizar os educandos sobre as legislações e diretrizes para a garantia de direitos, buscando que as práticas das experiências estejam pautadas nos pressupostos dos Direitos Humanos. Isto pode ser logrado através da pedagogia crítica, problematizadora e com entusiasmo orientados para a educação como prática de liberdade.

A professora Vera Candau (2005) salientou sobre alguns elementos que deveriam ser afirmados em diferentes âmbitos educativos para consolidar a educação em/para os Direitos Humanos: uma visão integral dos direitos; uma educação que promova o “nunca mais”; formação de sujeitos de direito e atores sociais; e a promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais com direitos suprimidos. Dentre os elementos, o último foi o mais percebido no desenvolvimento da experiência a seguir relatada. As práticas possibilitaram potencializar as histórias individuais e coletivas, em todos os atravessamentos de crianças e adolescentes que habitam e convivem diariamente

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

em territórios periféricos de uma grande cidade como o Rio de Janeiro e sujeitos às intempéries da violência urbana que diariamente afetam essas localidades.

A compreensão de que o entusiasmo na prática pedagógica não surge espontaneamente é crucial, como destaca bell hooks (2017). Tal entendimento colabora não somente no engajamento e participação, mas sobretudo promove o empoderamento individual e coletivo, especialmente em grupos sociais desfavorecidos ou discriminados.

A perspectiva da autora pode ser relacionada com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012), levando em consideração a ênfase no esforço coletivo, na participação ativa e no reconhecimento da presença de cada educando, que as diretrizes propõem. A este respeito Candau (2005) destaca a importância de promover processos de educação em e para os direitos humanos em que sejam trabalhados a sensibilização e a consciência da dignidade de todas as pessoas humanas, com planos de ação que visem a construção de uma cultura dos Direitos Humanos. Ou seja, ter presente que o entusiasmo de ensinar, aprender e pesquisar é também um compromisso que educa em direitos humanos e propicia experiências em que se vivenciam os direitos humanos.

A experiência aqui relatada ocorreu no segundo semestre do ano de 2023. As atividades fazem parte de um projeto social de música e cidadania para adolescentes e jovens, em parceria com uma ONG que atuou no bairro Vicente de Carvalho, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Um território com vulnerabilidade social, muitas favelas, onde convivem precarizações de serviços públicos e significativa presença de organizações de base comunitária.

As atividades realizadas priorizavam pela escuta e diálogo, com rodas de conversa. Em uma delas, foi lhes perguntado sobre os problemas locais. As respostas revelaram preocupações recorrentes: o racismo, o bullying, as violências cotidianas e, de modo insistente, o acúmulo de lixo em locais inapropriados. No decorrer da atividade, cada uma das questões apresentadas foi exemplificada e detalhada a partir das experiências de cada estudante presente.

Ao dialogarmos sobre as manifestações do racismo, muitas falaram que eram alvos de conversas depreciativas por seus cabelos, em termos de tamanho e formato, ou ofendidas verbalmente pela cor da pele. Um dos meninos, de dez anos, disse ter sido

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

chamado de macaco na escola, ao que respondeu que é feliz de ser preto, ao dizer que toda sua família é preta e que ele é feliz por ser o mais *pretinho*. O menino expressou-se de uma maneira cômica e quem estava ali riu. Rapidamente pedi que não rissem daquilo, ao que ele falou: “deixa tia, eu falei para ser engraçado mesmo”. Ele contou que a pessoa que falou tentou ofender, disse que não gostou daquilo, mas gosta muito da sua cor, porque toda a família é preta. Comentou que ele é o mais *pretinho* e que foi isso que respondeu à tentativa de insulto por sua cor, porque para ele é motivo de orgulho: “eu gosto de ser *pretinho*”. Importa sinalizar que a maioria dos educandos se entendem como negros e/pardos e apenas um quinto são meninos, ou seja, grande parte são meninas negras.

A maneira com que o menino descreve a situação coincide, dentre outras situações, com o que a autora Grada Kilomba descreve em seu livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano” (2019). O livro é uma compilação de episódios que denunciam o racismo como uma realidade cotidiana, traumática e atemporal. Tal como na situação relatada, piadas e expressões racistas precisam ser repreendidas. Os mecanismos de silenciamento e desumanização de crianças, adolescentes e jovens negros e negras deve ser rompido para que não se perpetue nenhum tipo de preconceito, sobretudo sua forma recreativa. Além desta discussão é importante ter presente a complexidade da estrutura social na qual estamos inseridos. Com o livro “Racismo estrutural” (2019), Silvio de Almeida é uma importante referência para compreender as agruras do racismo no Brasil e lutar por reparação social através das políticas afirmativas. O ex Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, reflete que “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 65).

A partir do diálogo proposto nas temáticas abordadas ficou evidente a potencialidade dos momentos de troca e (re)construção de sentidos, no que diz respeito à empatia e cuidado mútuo. Com o que foi possível evidenciar que a base destas atividades dialoga com o objetivo central da educação em/ para Direitos Humanos que “é a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e global”. (PNEDH, 2012).

Evidenciando a realidade do trabalho coletivo em que se torna possível construir novas memórias e possibilidades de se compreender enquanto cidadão e na sua formação enquanto sujeito. Permitir que a escuta dos estudantes ressignifique a estrutura metodológica da aula requer maturidade e uma perspectiva de educação para a autonomia, que entenda o educando enquanto construtor horizontal do processo de ensino aprendizagem. Finalmente, concluiu-se que passo a passo, com entusiasmo pedagógico, valorizando as práticas cotidianas nos diferentes espaços de educação, a educação em/para os Direitos Humanos é fortalecida, no sentido de promover experiências de fortalecimento das identidades das crianças, adolescentes e jovens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução nº 1/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em direitos humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Seção 1, Brasília, DF, p. 48, 31 de maio 2012

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em fev. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: principais desafios. Rio de Janeiro: 2005. (mimeo)

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. *Educação*. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 36, n. 01, p. 59-66, abr. 2013. Disponível em
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822013000100009&lng=es&nrm=iso>. acessado em 27 fev. 2024

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 48.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOOBS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p